

LEONARDO MOTA NETO

Sarney

O risco da recaída

26 MAR 1988

CORREIO BRAZILIENSE

A recaída do presidente Sarney, se não cumprir sua programação de providências administrativas, invalidará inteiramente os resultados de unidade e coesão do governo, obtidos com a vitória na votação do sistema de Governo na Constituinte. Essa observação é de auxiliares diretos do Presidente da República. A situação mudou da água para o vinho, mas o Presidente corre o risco de, não atuando com mão firme e resolução, fazer retornar o ânimo do Governo a um ponto de letargia que lhe será ainda mais prejudicial. Melhor, nesse caso, seria não ter tomado qualquer tipo de atitude frontal no sentido de retomar as rédeas do Poder. Os desgastes serão inevitáveis, e em cascata. Cada dia que passa será um dia de atraso nas providências.

Espera-se, contudo, que o Sr. José Sarney adote as medidas duras e impopulares que lhe são apresentadas como instrumentos de correção do déficit público. Tais medidas foram anteriormente dadas com aprovação e já finalizadas, mas sempre havia um porém a adlá-las. O "porém", agora, está sendo resolvido com a competência do assessor Thales Ramalho, que costura uma base de sustentação para o Presidente, tecendo um arco que vai da direita aos comunistas, para que as medidas sejam aprovadas pelo Congresso. No escuro, Sarney, como é sabido, não atuará.

Que o Sr. Thales Ramalho seja expedito nas suas manobras, pois a inflação, essa megera, não esperará a boa vontade dos

próceres se aninharem no colegiado do Sr. Sarney. A inflação de março foi artificialmente dirigida para um número menor (atenção Sr. Abreu: não falamos em manipulação, apenas em direcionamento) para que, somente após o dia 15, algumas tarifas públicas fossem majoradas. Assim, a inflação de abril é que será impactada com os residuais reprimidos em março. Dall em diante, se não vierem as medidas de saneamento e austeridade, haverá escalada da inflação, constituindo uma paralela perversa entre os índices progressivos e a votação na Constituinte do tempo de mandato do Presidente.

É válido supor que se a votação do tempo de mandato, nas disposições transitórias, ocorresse hoje, o Presidente teria imediatamente seus 5 anos. Mas se demorar na adoção de providências, será questionável esperar o mesmo sucesso estrondoso para manter coeso seu colegiado. Do mesmo modo, o Governo não terá munição para sustentar os acordos celebrados com governadores e com os setoes da Constituinte, que em larga margem aprovaram o sistema presidencialista. É de se observar que inúmeros desses acordos foram obtidos graças à intervenção de ministros que agiram apenas com argúcia. O voto dado à última hora ao sistema presidencialista pelo deputado Jorge Arbage, por exemplo, foi obra acabada de uma tecida operação comandada pelo próprio Presidente, ao telefone, e com a ajuda de um competente auxiliar agrário.)